



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO MUNICÍPIO DE SANTARÉM-PA
GABINETE DE PROCURADOR DE PRM/SANTARÉM

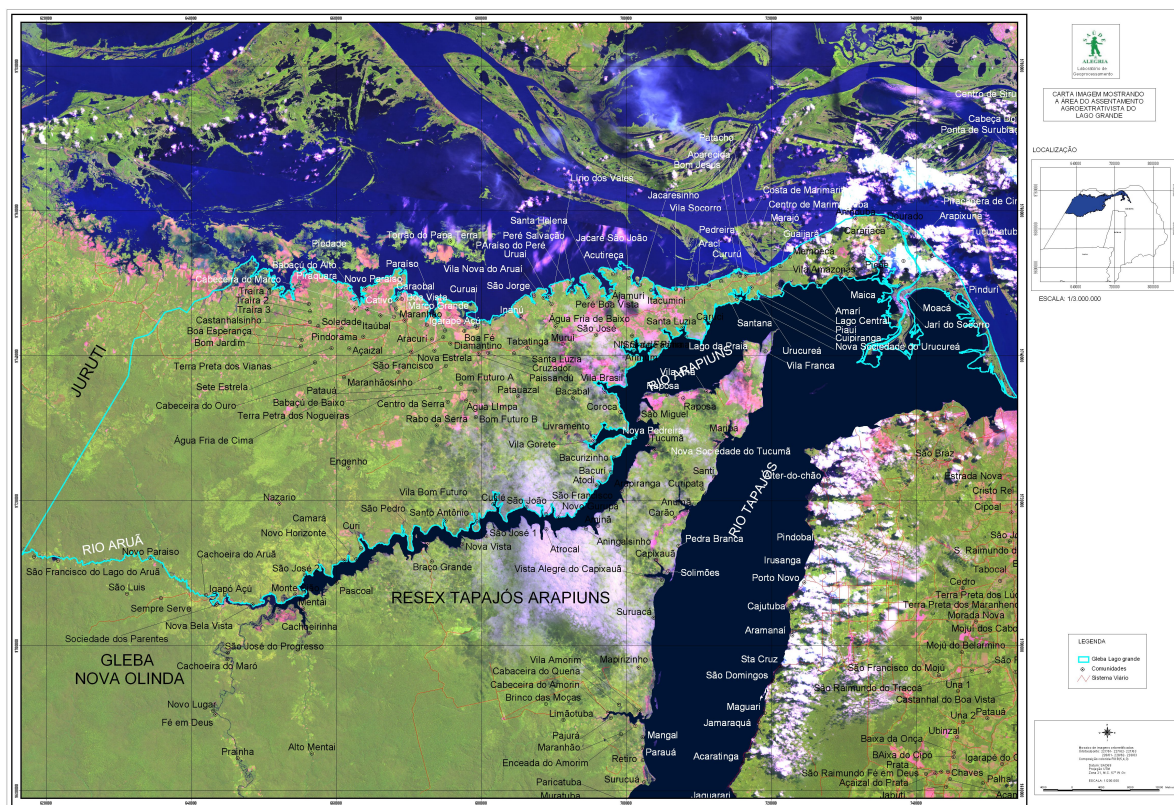
RELATÓRIO Nº 2 /2018/2º Ofício

REFERÊNCIA: 1.23.002.000013/2017-65

EMENTA. RELATÓRIO DE VISITA *IN LOCO* ÀS COMUNIDADES DO PAE LAGO GRANDE. Realizadas nos dias 12 e 13/07/2018, pela Procuradora da República, Dra Luisa Astarita Sangoi, acompanhada de seu Assessor, Diego Lima Azevedo, e pela Assessora da ASCOM-PR/PA, Helena Palmquist.

1. Projeto AgroExtrativista - PAE Lago Grande

O Projeto de Assentamento Agroextrativista Lago Grande é localizado na Gleba Lago Grande da Franca, no município de Santarém/PA, conforme mapa abaixo colacionado.



Esta Gleba foi criada em 1980, a partir do Decreto-Lei Nº 1.164 de 01/04/1971 (revogado pelo Decreto-Lei Nº 2.375, de 24/11/1987), que declarou serem indispensáveis à

segurança e ao desenvolvimento nacional as terras situadas na faixa de cem quilômetros de cada lado do eixo das rodovias federais (no caso, BR-163).

A Lei nº 6.383 de 07/12/1976 regulamentou e deu prosseguimento aos procedimentos realizados no passado que envolvem títulos de sesmarias, a Lei de Terras de 1850, o Decreto-Lei 9.760 de 1946 e a Lei 3.081 de 1956.

A partir de fins da década de 1990, a autarquia de reforma agrária passou a planejar a conversão do conjunto das áreas arrecadadas para a criação da Gleba em um "Projeto de Assentamento Agroextrativista destinado a populações tradicionais" (PAE), regulado pela Portaria Incra/P/Nº 268 de outubro de 1996.

Assim, em 28 de novembro de 2005, o INCRA/Santarém expediu a Portaria INCRA/SR30/nº. 31 de criação do PAE da Gleba Lago Grande da Franca, transferindo-se todos os lotes às populações tradicionais locais, **anulando-se, portanto, todos os processos anteriores de regularização**. Este ato foi ratificado por Portaria interna deste órgão publicada em 26 de setembro de 2006.

Importante delinear que a Gleba Lago Grande da Franca possui o *quantum* total de 299.062 hectares, **dos quais foram arrecadados 250.344 ha à União**, conforme a matrícula nº 3.104, Livro 2-RG do Cartório do 1º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Santarém/PA, 08/09/1980.

A diferença inicial se deu por meio das exclusões nominais, mas também existem informações de que houve entrega de títulos de propriedades aos ocupantes da área entre 1983 a 2000, sendo que a estimativa do estudo feito por servidor do INCRA João José é de que 561 títulos tenham sido entregues **sob condições resolutivas**, com área média de 51,24 hectares.

Neste cotejo, imperioso esclarecer que, conforme informações acostadas aos autos dos procedimentos extrajudiciais em trâmite na PRM/Santarém, até o que presente momento, o SR30-INCRA não realizou a análise do cumprimento ou não das cláusulas resolutivas destes títulos.

Foi criada, neste contexto, a Federação Agroextrativista da Gleba Lago Grande da Franca (Feagle), organização civil responsável pela representação institucional das comunidades concessionárias no desenrolar do estabelecimento de parcerias e busca de apoio junto a órgãos do Estado e organizações da sociedade civil.

Ao de forma temporal a situação fundiária da área, salienta-se que, em 2008, a Superintendência do Incra/SR-30 firmou convênio com a FEAGLE, o STTR e a ONG Projeto Saúde e Alegria, com vistas a empreender o mapeamento participativo das ocupações tradicionais e elaborar peças técnicas para subsidiar a implantação do PAE.

No entanto, até o presente momento, a indefinição fundiária do PAE Lago Grande ainda é uma das grandes questões a serem vencidas para que haja a concessão do CDRU - concessão de direito real de uso para a FEAGLE, uma vez que o caráter desta modalidade de projeto de assentamento é coletivo.

Importante lembrar que esta celeuma afeta não somente a efetivação das políticas públicas relacionadas à reforma agrária, mas também enfraquece a movimentação social em defesa do seu território, sendo cada vez mais comum a ocorrência de venda de lotes dentro da

área abrangida pelo Projeto de Assentamento, conforme inúmeras denúncias recebidas pelo Ministério Público Federal.

Acerca dos diversos conflitos existentes na região, Ricardo Theophilo Folhes [1](#), em sua dissertação para obtenção do grau de mestre, intitulada "Cenários de mudanças de uso da terra na Amazônia: explorando uma abordagem participativa e multi-escala no PAE Lago Grande, em Santarém/PA", explicou que:

Diversos conflitos regionais, incluindo a pressão de madeireiras e mineradoras em áreas vizinhas, a complexa situação fundiária existente (**devido a existência de cerca de 6 mil processos de titulação individual dentro do assentamento, correspondendo a mais de 50 mil ha dos 290 mil**), bem como interesses de grupos políticos locais e a crescente pressão para a regulação do mercado de terras na região, fizeram com que somente nos primeiros meses de 2010 fossem liberados créditos de apoio para um reduzido conjunto de famílias. (grifo nosso, fl. 19).

Segundo Juliana Malerba e Girolamo Treccani (2018), a criação do PAE é fruto da forte atuação comunitária diante da insegurança fundiária e a perda de acesso a recursos naturais que, segundo os autores, intensificaram-se a partir de 1980, época que ocorreu a entrada de madeireiras e grileiros na área. Além disto, lembram Treccani e Malerba que, em meados de 1990, tais ameaças cresceram dado o movimento de expansão da soja e da pesca predatória.

É neste cenário de indefinição e de iminentes conflitos pela terra que o Ministério Público Federal foi instado a atuar para analisar as inúmeras denúncias de invasão de terras, vendas de lotes dentro da área do projeto de assentamento, pesca predatória, desmatamentos, ausência de políticas públicas estatais, atuação da autarquia da reforma agrária, entre outros.

2. Comunidades visitadas

A visita se deu nos dias 12 e 13 de julho de 2018, com organização em parceria com a FEAGLE, bem como com a participação de organizações não-governamentais que atuam naquela área.

Para tanto, foi-se seguido o itinerário confeccionado pelo Técnico de Segurança Institucional e Tranposte - TSIT do MPF/PA, Ajax Leal.

12/07/2018		
Chegada		Saída
04:00	Porto DER	05:00
09:00	Aninduba (Lago Grande)	09:00
11:00	Curuai	11:30
12:10	Maranhão (Almoço)	14:00
15:00	S. Mariano	15:30
15:45	Bom Jardim	16:15
16:35	Novo Paraíso	17:10
17:30	Piraquara	18:00
18:00	Maranhão (Pernoite)	

13/07/2018		
Chegada		Saída
	Maranhão	08:00
08:10	Pindorama	08:40
08:55	Maranhãozinho	09:30
10:00	Cabeceira do Ouro	10:30
10:50	Aracuri	11:20
11:30	Maranhão (Almoço)	14:00
14:15	Cabeceira do Marco	14:55
15:10	Maranhão (Pernoite)	

Do itinerário acima descrito, houve mudanças leves, como a troca de Piraquara para o dia 2, dado terem algumas conversas com comunitários se prolongado mais que o esperado.

Com fito de entender a situação e o contexto fático do PAE Lago Grande, efetuou-se colheita de informações, gravadas em registro audiovisual, em anexo à íntegra deste relatório.

3. Elementos de informação colhidos (transcrições)

Passa-se a transcrever alguns elementos de informações colhidos durante as visitas, registrados em vídeo e em áudio.

Ante o teor das informações e por segurança aos comunitários, seus nomes serão omitidos na versão pública do relatório.

COMUNITÁRIO, Comunidade Curuai, disse que "nossa chegada aqui foi em 2011, por causa da convocação em concurso para professor e agente começa a atuar nas movimentações sociais; que a questão da mineração tenho conhecimento desde a audiência pública de 2006, quando debateram sobre denúncias de contaminação da água, áreas devastadas, lá em Juruti; **que já tinha a questão da iminência da entrada da ALOCA aqui**; que a ALOCA já estava fazendo aliciamiento de algumas lideranças no Lago Grande, chegando próximo e oferecendo benefícios, principalmente para as escolas, **essa atuação deles já está com um tempo** dentro das escolas; eles traziam um ônibus e **levavam alguns alunos lá dentro da mineração e aí faziam tudo aquela parte de apresentação e tudo mais**; tudo isso foram percebendo e a necessidade de evitar a entrada, dado os índices que o próprio órgão apresentou na audiência pública, por exemplo o nível de hepatite subiu para 400%, eles apresentaram lá na audiência lá; que a gente

percebeu que as lideranças são muito desinformadas do que poderia ser a mineração ali; **que o que chega primeiro é a propaganda e é muito bonita, então essa era a informação que os comunitários tinham nesse início**; que a gente percebe que tem problemas relacionados a extração ilegal de madeira, feita tanto por pessoas individuais quanto grandes empresas, que isto se dá mais no limite da região do Lago Grande com o Arapiuns; que faz parte do Grupo Mãe Terra e que recebiam várias denúncias de desmatamento; **que o problema maior é a ameaça da ALCOA; que em 2016 a ALCOA veio para uma reunião na ASMOVIC**, na vila Curuai, vieram na época um geólogo (Otávio), uma pessoa das relações públicas e mais o Eládio, que mesmo sendo só o motorista acaba de uma forma conversando com as pessoas e acho que ele faz mais que dirigir só; que nessa reunião criou-se um atrito porque eles estavam convocando na rádio esta reunião e a FEAGLE não sabia; e aí a FEAGLE emitiu uma nota dizendo que "não tem que ir pra essa reunião não"; que as lideranças daquela época ficaram com atrito com a FEAGLE por esse posicionamento; que foram ver e não tinha nenhum convite da comunidade; estive na reunião e já era a parte do diálogo social, que é para falar dos projetos, mas, na verdade Dra, tanto essa reunião quanto outra que teve esse ano em maio, eles anunciam que é social, mas é na verdade que eles vem fazer uma propaganda de que é boa a mineração; tanto que se fosse falar só do social, iam explicar como acessar os recursos; que eles explicaram tudo o que fizeram em Juruti de bom, construções e tudo mais e a última parte é falar do projeto; o fundo da reunião é fazer a propaganda da mineração na comunidade; que entra o recurso, mas há um passivo social e ambiental imenso, que a gente tem que valorar isso; que a questão do aliciamento, é de fato um aliciamento, por exemplo, agora esse ano gerou-se um conflito entre gestão de escolas que queriam acessar recursos desse projeto social da ALCOA; que na comunidade de São Francisco teve um conflito inicial e lá tem um agente super favorável à ALCOA, que é o senhor Ronan; que quando chegou a parte da aprovação do projeto, e viram que não houve discussão com a comunidade; que era pra fazer um parquinho dentro da escola esse dinheiro; que na reunião do dia 30 de maio deste ano, que já tinha passado o conflito maior, explicaram mais informações, porque até então só a gestora da escola tinha informações, e explicou que só ela assinou e que o projeto é de R\$ 30 mil, inclusive precisava, de acordo com o modelo da ALCOA, da assinatura de todos os professores; **a ALCOA informou que o valor mínimo é de R\$ 50 mil**, aí voltou o projeto, mas como já tinha gerado conflito, desistiram; que uma escola que acessa esse recurso é na comunidade de Pindorama e uma no Igarapé-Açu; que a gente percebe que o foco tem sido a região do alto lago; **agora o que eu entendo é que a escola é esse espaço que junta os pais, as famílias e através das crianças atingir o público estratégico, já que o governo não vai fazer**; que as vezes vemos carro da ALCOA e agora até carros particulares com pessoas no carro com farda, vindo fazer trabalhos com as lideranças das maiores comunidades do Lago Grande; que o mais forte local de atuação deles está sendo o médio e alto lago; **que essa intervenção política vem camuflada de social**; que penso que o fato de ter de colocar todas as informações dos conselheiros da escola é uma forma de monitorar as lideranças também; que falei para a diretora que isso era uma **armadilha, que depois, na verdade, isso iria no mínimo constranger, quando tiver a audiência pública, as pessoas que acessaram o recurso vão ficar no mínimo constrangidas, porque afinal de contas**

receberam um benefício e como vão ficar contra; [...] que a notícia que chegou para os moradores é que a ALOCA vai entrar e vão comprar os lotes, por isso muita gente está loteando e querendo vender áreas dentro do PAE.

COMUNITÁRIO, Comunidade Novo Paraíso, disse que é nascido e criado no assentamento e nunca tinha tido a oportunidade de como seria uma grande empresa; que teve a oportunidade de ser um dos funcionários da mineradora; que num primeiro momento chega a ideia de que vai melhorar, vai chegar emprego, um monte de coisa; que lá dentro viu que não é isso que eles falam, que passou pouco tempo trabalhando na pesquisa com eles e que é totalmente diferente; que não estamos preparados para o mercado de trabalho, para grandes empresas, que vocês podem ver que somos todos humildes e temos pouca formação; a empresa não vai abrir espaço para nós e até se formar duas ou três pessoas é o tempo que a ALCOA não existe mais; que algumas famílias até vão ter apoio, mas a maioria não vai ter assistência ou apoio dessas empresas; nós lutamos via sindicato para que haja uma reforma agrária e que sejamos assistidos; que eles vem aliciar a gente, oferecer projetos, emprego, oportunidade de se formar lá não sei onde para os filhos, porque eles acham que temos interesse na parte financeira e não estamos nem aí para os outros, para a comunidade; oferecem projeto para a escola, para lazer até pequenos projetos para agricultura; mas que para isso, nós lideranças temos de assinar um documento para que isso venha para cá; que como não temos tanta formação, vai chegar um ponto que vamos assinar um documento e quando formos ver já foi, perdemos tudo; hoje nossa administração pública tem muito interesse em grandes projetos; que estamos aqui há mais de 30 anos e que queremos que o INCRA demarque a área, mas até hoje isso nunca foi solucionado; que para nós nunca chegou esse documento do INCRA; que **somos um alvo fácil para a mineração porque devido a necessidade e carência do povo**; o que queremos é que o INCRA venha e demarque e faça a reforma agrária; não temos nem como escoar produtos, se o INCRA não vem, a empresa vem e promete tudo; quando pensamos que é para ajudar, já perdemos tudo; que a ALCOA já pesquisou a serra do Caranã, perto daqui; o mais complicado de tudo isso é que as nascentes dos igarapés todas estão lá, então tem inúmeras cabeceiras e nascentes ali; vai acabar com tudo; **eles entrando ali vidas vão ser extintas, os animais, e nós vamos para onde? vou fazer o que na cidade? não vamos ter emprego e nem moradia**; que o mercado não vai aceitar mão de obra de nós que nem tem formação; que eles (ALCOA) vem de vez em quando aqui, é jornalzinho, é proposta de projeto, sempre vêm; que não tá com 15 dias que eles vieram aqui; eu acho que é uma forma de aliciação; que **me sinto indignado** com essa situação, porque se Deus o livre com o conhecimento que eu tenho sei que é muito errado; **estou com medo** de que toda essa ação da empresa e a busca para o INCRA fazer as coisas não dê em nada e que percamos tudo aqui; **isso aqui é nossa VIDA**; que nunca chegou nada do INCRA AQUI; **Nossa esperança é que o Ministério Público possa nos assistir e faça justiça para que o INCRA cumpra seu papel.**

COMUNITÁRIO, Comunidade São mariano, disse que todo mês estão aí comigo, traz cartilha e jornal; que falam se não quero fazer nenhum empréstimo através da associação, porque não são assistidos pelo governo; eles vieram ano passado através das crianças, trouxeram dois mil

brinquedos para as crianças; que explicaram que cada brinquedo custava R\$10, achei estranho porque é muito dinheiro; me recusei a assinar documento para fechar projeto com eles porque tive reunião no sindicato e me explicaram tudo; que falaram que iam trazer um ônibus para levar todos nós para Juruti para conhecer como é bom o trabalho da ALCOA; lá não descemos do ônibus, conhecemos tudo e deixaram a gente descer para almoçar; que aí sentaram umas pessoas do meu lado para conquistar e para eu apoiar a ALCOA; eu disse que isso não dava pra mim; que o colégio da Boa Esperança é da ALCOA; que perguntaram se eu não queria nada não mesmo e, graças a Deus, não aceitei nada até hoje; mas todo mês eles estão aí; que eles vem desde 2006, todo tempo eles botando para cima; [...] a ALCOA já entrou aqui e já até botou marco na área da comunidade, perto da serra do Canarã;

COMUNITÁRIO, Comunidade Piraquara, disse que "a gente fica preocupado quando uma **empresa internacional está ameaçando nosso território**; nós temos conhecimento do que já aconteceu e o que está acontecendo onde ela já está explorando, nós vemos o povo vivendo uma aflição, uma angústia muito grande; é uma agressão brusca, e nós do Lago Grande estamos preocupados, mesmo eles não estando fazendo lavra, mas **já estão impactando socialmente aquelas lideranças com mais influência, que são os polos, as escolas; isso é para enfraquecer nossas lutas**; a gente sabe que depois que sai da terra, vai para cidade e lá não tem lugar pra gente; a gente vê que a ausência de políticas públicas aqui no PAE é gravíssima, não tem como escoar produção, quem fica doente não tem como sair de casa, tá faltando atendimento médico, faz dois, três meses que não tem médico no posto do Piraquara; as políticas públicas estão ausentes em todos os sentidos e agente fica preocupado com isso; quanto às questões ambientais, **a gente tá cercado por grandes projetos, em Juruti tem a ALCOA, nos rios tem as grandes geleiras; e pra ali estamos ameaçados pelas madeireiras; temos muitas riquezas, mas eles ficam oferecendo as coisas e isso enfraquece os movimentos sociais**, alguns acham que tudo vai melhorar quando eles entrarem aqui; mas isso nos preocupa porque a gente não pode vender isso; vamos lutar até as últimas consequências para proteger nossa terra; os políticos que não tem compromisso social com a sociedade nós veem como um grande curral eleitoral, só vem pra pedir voto e depois somem, e o povo continua vivendo esse drama sem políticas públicas".

COMUNITÁRIO, Comunidade Piraquara, disse que "eles estão propagando que a CCU vai melhorar a vida nossa, mas o que queremos mesmo é o CDRU, para garantir nosso direito, porque tem muito empresário e sojeiro querendo nossa terra; o INCRA está promovendo essa ideia do CCU pois na região ele tem pessoas para fazer isso para eles, estes que oferecem CCU para os outros comunitários, então eu penso que estão trabalhando para nos driblar, porque tem pessoas que são ligadas aos políticos que estão com o INCRA".

COMUNITÁRIO, Comunidade Pindorama, disse que "**nós vivemos numa área que o INCRA nem atua por aqui, vivemos um verdadeiro abandono**, nós não podemos dizer que temos o apoio dele, sempre que procuramos, tivemos negado; aqui do lado temos uma grande fazenda, estamos espremidos; **também quero falar da ALCOA, porque já tivemos proposta da**

empresa aqui na nossa comunidade e já tivemos até algum apoio que foi ofertado à nossa escola, que foi um patrocínio que foi aceito, agora eu não sei se é para melhora ou para piora; que, pelo que ouvi falar, foi R\$ 10 mil reais; que tem gente que acha que tudo isso vai passar, mas eu sei que vai passar, mas é de bom pra pior; ouvimos falar que o Superintendente foi afastado porque **o INCRA não procura mais fazer nada pelo povo, só para apoiar os grandões**; trabalho com a roça, a gente vende a produção, é meio baratinho mas vai dando para escapar; aqui essa comunidade é quase tudo família, todos se dão bem; que eram 104 famílias, agora são 131 famílias na comunidade; estou aqui desde quando nasci, estou com 59 anos, estamos aqui desde sempre, meu pai também é nascido aqui pertinho; trabalho, saúde e educação, são calamidade, a gente sofre muito com isso, somos abandonados verdadeiramente, a gente vive de teimoso, temos muita coragem para sobreviver aqui, não temos nem internet; tem gente que acha que se a ALCOA entrar aqui tudo vai melhorar, mas **a gente sabe que depois que acaba o serviço para pobre (trabalhos braçais), só fica quem sabe, os capacitados**, vê se tem filho de pobrezinho lá (em Juruti); o assentamento veio para prevenir isso com a gente, porque a gente quer tá feliz na nossa terra sem nada para acabar com isso".

COMUNITÁRIO, Comunidade Maranhãozinho, disse que "a gente tá passando por um momento muito delicado, porque não tem apoio do nosso governo; a lei hoje nos ampara, mas não está sendo executada da forma que pode, porque só querem beneficiar os grandes; a terra é nossa, Deus deixou para nós; é um direito que hoje está sendo tomado à força; tem ameaças para tomar nossa terra; não queremos que tirem nosso direito de possuir a terra aqui no Lago Grande; o INCRA é o primeiro a tirar nosso direito do assentamento, querendo colocar para os grandes; estão expedindo um documento lá no INCRA (CCU) que vai dar entrada pro povo entrar nas nossas terras; nós já temos no regimento interno para evitar pessoas estranhas aqui na nossa terra; **a nossa vida aqui é difícil porque as políticas públicas não chegam aqui, o governo não dá esse apoio pra nós, que deveria dar; que a lei é boa, mas não é executada de forma pra nos ajudar**; que tem várias ameaças à terra, principalmente o desmatamento ilegal e a entrada da ALCOA, que ainda não aconteceu nessa comunidade, mas sei que nas vizinhas já entraram e agora as lideranças nem vem mais pras reuniões porque estão vinculados àquela empresa".

COMUNITÁRIO, Comunidade Maranhãozinho, disse que "a gente luta pela comunidade, mas a gente tem muitos entraves; que tem um deputado que anda por aí ameaçando e falando contra nossa luta, o Wladimir, vocês devem saber; que o que a gente fala que é bom pra comunidade, para proteger nossa terra, eles dizem que a CCU vai dar renda e apoio pra comunidade; por outro lado, tem a ALCOA também que já aliciou um monte de famílias, ficam fazendo quadra e outras coisas; o Wladimir vem fazendo até uma associação dele, eu não entendi ainda o que eles fazem; ele (Wladimir) criou uma associação dentro do Lago Grande, é onde ele mais frequenta é lá no Curuai, e eles são contra a gente; quem dá o comando da associação é o Wladimir; o presidente dessa associação é Paulino;

4. Relato subjetivo

As comunidades visitadas, apesar de humildes, possuem forte senso coletivo do uso do espaço, um exemplo disso é a inexistência de cercas para dividir as casas e os relatos verbais que indicam a atuação comunitária até no trabalho da roça, no qual há uma ajuda dos vizinhos no trabalho manual, quando preciso, e isto é retribuído quando os demais comunitários também precisam.

O que se percebeu de forma clara e inconteste é a ausência do Estado dentro daquele projeto de assentamento, pois, por exemplo, viu-se que inúmeras escolas foram construídas pelos próprios comunitários, com recursos que eles mesmos juntaram para tanto. Além disso, nas falas que escutamos sempre havia menção ao abandono do poder estatal para com aqueles assentados, seja em saúde, educação e até mesmo em segurança pública.

Neste sentido, insta salientar que muitos foram os relatos sobre a atuação da polícia naquela localidade, tendo alguns dito que, por exemplo, para que haja a presença da guarnição policial em um evento da comunidade, é necessário pagamento de valores pecuniários, "por fora".

Ademais, no que concerne o modo de vida, percebeu-se que todos ali possuem uma relação intrínseca com a terra e com o meio ambiente, pois as plantações são no formato roça, há preocupação de preservação da natureza, praticam agricultura familiar e tem sua vida toda ligada aos elementos naturais, criando suas galinhas, banhando no igarapé e plantando suas roças.

Este modo de vida, porém, está em grave risco, ante a clara presença de extração ilegal de madeira, aumento da pesca predatória - o que, segundo relatos, causou uma diminuição drástica no número de peixes-, avanço de interesses minerários.

Neste cotejo, necessário explicar que inúmeras pessoas disseram nas visitas que a empresa ALCOA está ingressando indevidamente na área do Lago Gande, inclusive, distribuindo regularmente, dentro do assentamento, jornal intitulado "Viver Juruti" para promover os benefícios da mineração.

Além disso, há grande divulgação, inclusive com presença física de representantes da empresa, para promover o Programa de Apoio a Projetos Locais (cópia do guia em anexo), cujo teor fala da disponibilidade de recursos para ajudar as comunidades, principalmente escolas, no valor mínimo de R\$50.000,00.

Sobre isto, percebeu-se que muitos sente-se intimidados pela presença da empresa na região e acreditam que o programa social é uma forma de pressiona-los a atuar de maneira favorável ao ingresso da empresa.

O cenário fica ainda mais complicado quando se verifica a atuação da autarquia da reforma agrária ali dentro, uma vez que todos os relatos foram uníssonos em afirmar que são abandonados e que as políticas públicas ali não chegam.

Portanto, têm-se comunidades que lutam para garantir seu direito à terra, atuam de forma coletiva e acreditam verdadeiramente que estão sendo abandonados pelo governo, já que não existem políticas públicas sendo aplicadas ali. Em apertada síntese, são pessoas guerreiras que querem apenas que seus direitos fundamentais sejam efetivados e que sua condição de assentado seja consolidada com a expedição do CDRU para o PAE Lago Grande,

como forma de defesa da terra.

5. Encaminhamentos

Ante o exposto, verifica-se a necessidade de:

1 - Expedir ofício ao IBAMA para que apure as denúncias de pesca predatória na comunidade de Piraquara, região do Lago Grande;

2- Expedir ofício ao SR30-INCRA para que envie o relatório final do georreferenciamento realizado no PAE LAGO GRANDE, bem como demais informações relacionadas à delimitação dos terrenos e lotes;

3- Expedir ofício ao SR30-INCRA para que se manifeste acerca das inúmeras denúncias de venda de lotes no interior do PAE Lago Grande, explicitando quais atitudes irá tomar frente ao exposto;

4- Verificar junto às ONFs que atuam naquela região a possibilidade de realização de oficinas para tratar e debater com os comunitários acerca dos direitos que possuem, sobre o processo de licença minerária e outras temáticas afetas às demandas sociais;

5- Verificar com a Helena - ASCOM/PRPA para produção de um vídeo informativo para esclarecer os impactos da mineração em comunidades, de forma didática;

6- Expedição de Recomendação para que a ALCOA e suas subsidiárias parem de atuar no PAE Lago Grande, uma vez que inexiste licenças válidas para tanto, bem como que não mais promova seus programas relacionados a financiamento de projetos sociais, dentro do PAE, uma vez que esta prática representa uma interação direta da empresa com as comunidades e não tem autorização da representação delas, qual seja, a FEAGLE;

7- Enviar cópia deste relatório para a Promotoria Agrária de Santarém - MPE/PA;

8- Enviar cópia deste relatório para o MPE/PA em Santarém para que atue nos indícios de práticas de ilícitos possivelmente perpetrados por policiais no âmbito do PAE, conforme descrito no bojo do relatório;

É o Relatório.

Santarém, 19 de julho de 2018.

LUISA ASTARITA SANGOI
PROCURADORA DA REPUBLICA

DIEGO LIMA AZEVEDO
ASSESSOR NÍVEL II

¹ FOLHES, Ricardo Theophilo. **Cenários de Mudanças no uso da terra na Amazônia: explorando uma abordagem participativa e multi escala no PAE Lago Grande, em Santarém/ PA** Orientadora: Ana Paula Dutra Aguiar. Dissertação (Mestrado em Ciências Ambientais) - Programa de Pós Graduação em Ciências Ambientais, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Pará, Museu Paraense Emilio Goeldi e EMBRAPA, Belém, 2010.



MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

Assinatura/Certificação do documento **PRM-STM-PA-00009007/2018 RELATÓRIO**

.....
Signatário(a): **DIEGO LIMA AZEVEDO**

Data e Hora: **24/07/2018 13:33:49**

Assinado com login e senha

.....
Signatário(a): **LUISA ASTARITA SANGOI**

Data e Hora: **24/07/2018 13:13:15**

Assinado com login e senha

.....
Acesse <http://www.transparencia.mpf.mp.br/validacaodocumento>. Chave AB2BDB0F.CDBBE15E.85566E34.BA7D0947